

ESTADO DA NAÇÃO

EDUCAÇÃO E JUVENTUDE

FAP FEDERAÇÃO
ACADÉMICA
DO PORTO
POR UMA PRIORIDADE NA EDUCAÇÃO

Balanço sobre o estado da Juventude e da Educação

A atração e retenção de talento tem sido um assunto sistematicamente presente na agenda pública. Este objetivo, que é simultaneamente uma preocupação, têm ganho maior relevo face aos estudos e dados estatísticos divulgados sobre a emigração jovem.

Em janeiro deste ano, o Observatório da Emigração deu conta que 30% dos jovens nascidos em Portugal vivem, atualmente, fora do país. Os números fazem de Portugal o país com a taxa de emigração mais elevada da Europa e uma das maiores do mundo.

O acesso ao emprego, mas também o nível das remunerações, são habitualmente apontados entre as principais causas para a emigração. No final do primeiro trimestre de 2024, registou-se uma taxa de desemprego jovem de 20,3%, uma das mais elevadas na União Europeia, onde a média se encontrava nos 14,8%. Por contraste, Portugal apresentar uma das taxas gerais de desemprego mais baixas registadas ao longo das últimas décadas, apenas 6,7%. Esta circunstância, face aos números do desemprego jovem, permite concluir que existe um problema de acesso ao mercado de trabalho.

Um estudo da Pordata, apresentado em 2023, no âmbito das Jornadas Mundiais da Juventude, mostra que 9 em cada 10 jovens portugueses detêm, pelo menos, o ensino secundário completo. Na faixa etária dos 30 aos 34, 43% tinham qualificações superiores, no final de 2023. Porém, o salário médio bruto auferido por um jovem encontra-se abaixo dos 1000 euros, estimado em 948,80€, significativamente abaixo do valor do salário médio nacional. Para este cenário contribuirá o facto de 57% dos contratos de trabalho celebrados por jovens são contratos temporários.

Assim, os jovens portugueses estão, também, entre os jovens europeus que mais tarde saem da casa dos pais, em média, aos 29,7 anos. Mas, se os constrangimentos no acesso ao mercado de trabalho, ou a salários dignos acima da média, representam uma barreira extra na hora de conquistar a independência e aceder ao mercado de arrendamento, ou comprar casa, há circunstâncias ainda mais preocupantes. Os dados disponíveis revelam que quase 1 em 4 quatro jovens vive em situação de pobreza ou exclusão social e que pelo menos 25 mil estão, atualmente, a viver do rendimento social de inserção.

Ao longo das últimas décadas, Portugal conseguiu alcançar uma melhoria significativa no nível de qualificações da população e, os dados mais recentes, mostram que cerca de 8 em cada 10 alunos que terminam o ensino secundário, concorrem ao Ensino Superior. Deter um grau académico aumenta a facilidade de acesso ao mercado de trabalho, registando-se uma taxa de desemprego de apenas 5,3%, segundo indica o relatório “Estado da Nação: Educação, Emprego e Competências em Portugal”. Ainda assim, os dados divulgados em março no portal Infocursos mostram que o abandono no Ensino Superior tem vindo a crescer nos últimos cinco anos. No ano seguinte à inscrição, pelo menos 1 em cada 10 alunos colocados no Ensino Superior desistem.

Os custos com alojamento, que representam hoje a maior parcela de despesa no orçamento mensal de um estudante do Ensino Superior, estarão entre as principais causas. Porém, o Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior (PNAES) continua atrasado na execução e, as medidas adotadas para mitigar a escassez de alojamento a custos acessíveis não se têm revelado suficientemente eficazes. Desde 2018, a capacidade de alojamento em residências públicas foi aumentada em apenas 1.114 camas, número que fica bastante distante das 15 mil anunciadas à época.

Promover a igualdade de oportunidades no acesso e frequência do Ensino Superior deve ser encarado como uma prioridade, e por isso são várias as reflexões a fazer sobre o funcionamento dos mecanismos de apoio existentes. Apesar do aumento do limiar de elegibilidade para a bolsa de estudo, ao longo dos últimos anos letivos, o número de bolsas deferidas não aumentou significativamente. Embora tenham sido introduzidas alterações que permitem discriminar positivamente estudantes de mestrado, ou trabalhadores-estudantes, o sistema continua a tomar como bolsa de referência um valor que permanece inalterado, fixado cerca de 1.400€ abaixo do limiar de pobreza.

Investir em Educação e no Ensino Superior é essencial para o desenvolvimento do país e, neste aspeto, valerá a pena destacar que segundo o relatório de 2024, sobre a evolução do Espaço Europeu de Ensino Superior, Portugal surge entre os países europeus que registam menor investimento por estudante. Com uma despesa estimada em cerca de 12 mil euros por estudante colocado no Ensino Superior, Portugal apenas supera a Grécia e a Lituânia.

Foram recentemente anunciadas medidas importantes, como a redução do IRS, até aos 35 anos, a descida do IRS para a generalidade da classe média, ou a isenção de IMT e Imposto de Selo na compra da primeira casa, para além de uma garantia pública no acesso a crédito habitação. Também foi anunciado um reforço extraordinário da oferta de camas no Ensino Superior e um alargamento do complemento de alojamento, para estudantes deslocados não bolseiros. Entre os bolseiros, os trabalhadores-estudantes terão maior facilidade no acesso à bolsa de estudo, vendo os rendimentos provenientes do seu trabalho isentos do cálculo, desde que inferiores ou iguais ao valor do salário mínimo.

Propostas para a Juventude

- Aumentar o período de isenção total de IRS para jovens para 3 anos, abrangendo os rendimentos até ao limite do 4.º escalão, e a partir do primeiro ano de trabalho, seguido de um período de redução progressiva da isenção, com um limite de 25%, e até aos 30 anos.
- Apoiar a contratação de jovens até aos 30 anos, através da isenção da TSU durante 3 anos para todas as empresas que celebrem contratos sem termo com jovens, desde que com remuneração base superior a 1.250€.
- Aplicar uma redução à taxa de IRC para empresas cujo número de trabalhadores jovens seja superior a 40% e que disponham de políticas de valorização salarial.
- Aumentar o parque público de habitação de 2% para 5% e duplicar a dotação orçamental do programa Porta 65, por forma a apoiar o acesso de jovens até aos 35 anos, a habitação a custos suportáveis.

Propostas para o Ensino Superior

- Reforçar o financiamento público do Ensino Superior, tendo como referenciais a convergência com a média europeia, no que respeita à despesa média por estudante e à despesa global, em números do PIB.
- Atualizar o valor da bolsa de referência, utilizada para o cálculo da bolsa de estudo a atribuir, de 11 IAS (5.601,86€) para 12 IAS (6.111,12€), por forma a aproximar este valor do limiar de pobreza e provocando um aumento real da bolsa recebida por todos os estudantes beneficiários do sistema.
- Criar um Programa de Apoio ao Alojamento para Estudantes do Ensino Superior, enquanto novo mecanismo de apoio no sistema, para apoiar estudantes deslocados inseridos em agregados familiares com rendimentos per capita até aos 28 IAS (14.259,28€) no suportar das despesas com alojamento.
- Estabelecer o objetivo de 50.000 camas disponíveis em residências públicas, até ao final da presente legislatura, em 2028, reforçando-se a oferta prevista para a execução do PNAES, dado que o número de estudantes deslocados tenderá a aumentar progressivamente.